



# Camões e os contemporâneos

Organizadores

*Maria do Céu Fraga*

*José Cândido de Oliveira Martins*

*João Amadeu Carvalho da Silva*

*Maria Madalena Teixeira da Silva*

*Manuel Ferro*

Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos

Universidade dos Açores

Universidade Católica Portuguesa

# Camões e os contemporâneos

## *Organizadores*

Maria do Céu Fraga  
José Cândido de Oliveira Martins  
João Amadeu Carvalho da Silva  
Maria Madalena Teixeira da Silva  
Manuel Ferro

Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos  
Universidade dos Açores  
Universidade Católica Portuguesa

BRAGA 2012

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto PEST-C/ELT/UI0150/2011 (Ref.ª COMPETE FCOMP-01-0124-FEDER-022684).

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

## Ficha técnica

Título: **Camões e os contemporâneos**

Organizadores: Maria do Céu Fraga · José Cândido de Oliveira Martins · João Amadeu Carvalho da Silva  
Maria Madalena Teixeira da Silva · Manuel Ferro

Edição: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos (CIEC)  
Universidade dos Açores / DLLM  
Universidade Católica Portuguesa / CEFH

Tiragem: 600 exemplares  
dezembro 2012

Design da capa: Ana Amaral e Mário Fernandes

Execução gráfica: Graficamares, Lda.  
R. Parque Industrial Monte Rabadas, 10  
4720-608 Prozelo - Amares

Depósito Legal: 353162/12

ISBN: 978-989-9892-3-9



O conteúdo dos artigos e a norma ortográfica usada são da responsabilidade dos autores.

# O ENSINO DE CAMÕES. APROXIMAÇÕES A UM PROBLEMA MAIOR

**José Augusto Cardoso Bernardes**

Universidade de Coimbra – Centro de Literatura Portuguesa

augusto@ci.uc.pt

## **Abstract**

Although it remains in Secondary School Programs since a lot of decades, Camões is still not well taught. From all the problems that could be brought up, I distinguish two: the splitting between the university's investigation and the teaching and the lack of clearly defined aims, both in lyric and in epic.

Because of that, it is justified to consider some changes, involving the formation of Portuguese teachers and the adjustment of the Programs and Methods, according to the needs and the circumstances of the students.

*Keywords:* Camões, Canon, Formation of Teachers, Teaching of Literature

## **1. Introdução**

Não se tinha ainda compreendido o motivo pelo qual o *Dicionário de Luís de Camões* não contempla uma entrada sobre “Ensino”. Afinal, não se tratou de esquecimento. Segundo informação prestada pelo coordenador da obra, esteve realmente encomendado um artigo com o título “Cânone Escolar”; mas, como sempre sucede em iniciativas deste tipo, há incumprimentos. E foi o que aconteceu. O colega que aceitou a incumbência não pôde honrar o compromisso. E assim se regista uma falta importante, que terá de ser preenchida numa futura edição: embora já bastante rico em sínteses novas, o Dicionário necessita de, pelo menos, mais um verbete. E não pode ser pequeno. Até porque, salvo melhor opinião, para além da presença dos conteúdos camonianos nos Programas escolares, o dito artigo não pode deixar de contemplar outras vertentes, como os objetivos e os métodos de ensino (como evoluíram exatamente os objetivos do ensino de Camões? A que métodos se recorria e porquê?).

Pergunto-me, com genuína curiosidade, até que ponto se notou a falta do artigo numa obra como esta, tão abrangente e tão ansiosamente esperada. Notar-se-ia mais, decerto, se o volume não contivesse entradas autónomas sobre “Inês de Castro”, “Velho do Restelo”, ou “Redondilhas de Sôbolos Rios”.

Ainda assim, porém, acredito que a falta venha a ser apontada, pelo menos, pelos mais diretamente interessados no assunto: os professores do ensino básico e secundário. Serão muitos os que lamentarão esta ausência? Serão poucos? Não me atrevo a responder. Sei que, apesar da manutenção de Camões nos Programas, existem motivos

para pensar que as necessidades de “atualização” dos professores de Português se orientam hoje em sentido muito diferente.<sup>1</sup> De qualquer modo, é razoável pensar que o referido verbete não interessaria apenas a quem o ensina nas escolas. Interessaria também – e muito – aos próprios camonistas, àqueles que, na Universidade ou fora dela, se dedicam mais a investigar Camões do que a ensiná-lo.

É um lugar-comum mas não existe maneira de o evitar: não estamos a falar de um autor qualquer. Falamos de um autor entendível em si mesmo, na sua excecional densidade dialética e no seu contexto histórico-cultural; mas há motivos que justificam um outro plano de perceção: mais do que outros escritores, Camões também deve ser entendido a partir da seu acolhimento institucional, uma vez que o convívio de sucessivas gerações com o mesmo nome condiciona a formação de uma sensibilidade cívica dominante. Por via dessa circunstância, e ainda que de forma indireta, essa presença acaba por influenciar o próprio rumo da investigação, fixando zonas de pertinência privilegiada, que atraem os camonistas.

Independentemente de interesses relacionados com a fundamentação científica ou os métodos de ensino, a história do ensino de Camões nas escolas justifica-se em si mesma: torna-se útil, desde logo, averiguar a maneira como foi evoluindo a presença dos textos de Camões nas Escolas portuguesa e brasileira, pelo menos (em termos de quantidade mas também em termos de proporção entre Lírica e Épica, por exemplo). É necessário, para tanto, ter em conta os Programas e os critérios que inspiraram as antologias, mais tarde substituídas pelos manuais.<sup>2</sup> Mas não é menos obrigatório conhecer os pressupostos e os objetivos políticos dessa presença.

Tudo somado, tem que concluir-se que o dito artigo não é fácil de redigir. Outros verbetes partem já de um vasto conjunto de comentários e exegeses; pelo contrário, um artigo sobre o Ensino de Camões não tem ainda base de investigação segura e, o que é pior, tem que enfrentar uma série de lugares-comuns e preconceitos que nunca foram validados por uma pesquisa sistemática: de onde vinham práticas como a paráfrase, o comentário ideológico e a célebre divisão de orações? Eram métodos específicos da realidade portuguesa ou eram comuns na Escola europeia desse tempo? Eram exclusivamente aplicados aos textos camonianos ou tinham um curso mais geral? Estavam prescritos nos Programas ou eram adotados pelos professores de forma mais ou menos livre e sequencial?

<sup>1</sup> Penso designadamente no considerável esforço de reconversão que está neste momento a ser pedido aos professores de todos os graus de ensino visando a incorporação da nova terminologia gramatical. E isto sem que, em meu juízo, os benefícios sejam proporcionais a esse mesmo esforço (que, de resto, abrange a generalidade dos cidadãos que, tendo aprendido de uma forma, se veem agora obrigados a seguir uma outra nomenclatura).

<sup>2</sup> Sobre o importante papel das antologias no ordenamento da educação literária dos alunos escreveu já Maria do Céu Fraga (2010), com fundamento e particular bom senso.

Falo do ensino secundário mas não esqueço a importância de que o assunto se reveste também a nível da Universidade. Desde logo, porque, embora por vezes não pareça, os planos estão muito interligados.

Surpreendentemente (ou talvez não) Camões tem sido pouco ensinado na Universidade portuguesa. De tal modo, que não faltam testemunhos orais e publicados de pessoas de diferentes gerações que passaram pelas áreas filológicas sem nunca terem estudado o autor central do nosso cânone.

Ora, ensinar Camões no Ensino Básico e Secundário sem antes ter tido com ele o contacto profundo e qualificado que só a Universidade pode proporcionar não é o mesmo que ensinar outro autor nas mesmas condições. Sem a dissipação da barreira de complexidade histórico-cultural que envolve a obra do escritor tudo se torna bem mais difícil. E essa fase não pode cumprir-se sem estudo organizado e sistemático. Há, depois, outras fases de natureza propriamente hermenêutica e de filtragem bibliográfica. Mas, sobretudo, é necessário manter um contacto porfiado com os textos: penso, sobretudo, naqueles que não se leem na Escola porque são longos e mais difíceis; mas, precisamente por isso, ajudam a tirar partido dos mais curtos e menos complexos. É o caso das composições que pertencem aos chamados “géneros maiores” (canções, elegias, églogas, odes), aquelas onde o ideário de Camões surge desenvolvido e explicitado, permitindo uma leitura integrada dos textos que constam do Programa (sonetos, poesia em lírica tradicional). Um professor a quem se pede que trabalhe com este último tipo de textos muito ganha em não perder de vista aqueles outros que, embora menos ajustados às condições letivas, mais luz fazem sobre a globalidade da obra.

Mas com os textos camonianos existe ainda um outro elemento de variação que muito importa ter em conta: refiro-me à circunstância, bem conhecida, de eles nos irem dizendo coisas bem diferentes consoante a fase da vida em que nos encontramos. À partida, para os professores, essa variação natural pode traduzir-se num ponto de afastamento em relação à sensibilidade dos alunos; mas instituí, ao mesmo tempo, um caminho de alteridade que se vai consolidando, consciente ou inconscientemente, requerendo por parte de quem ensina um continuado esforço de ajustamento. A propósito do episódio da ilha dos Amores, um jovem de 15 anos terá naturais dificuldades em valorizar a componente mística, deixando-se atrair muito mais pela vertente sensual. Caberá ao professor, que já terá ultrapassado a fase juvenil do amor, levar os seus alunos a reparar em sinais menos evidentes. Neste processo, contudo, não deve nunca perder-se de vista que a inclinação restritiva dos jovens é natural, a todos os títulos. Em qualquer dos casos, é bom ter presente o efeito diferido que a poesia camoniana pode ter nos alunos: um soneto de Camões (às vezes, um simples verso) pode ficar gravado na sua memória pela vida fora, em registo de empatia ou de interpelação.

A circunstância de os professores de Português poderem obter a sua formação universitária sem nunca terem estudado Camões não é fácil de explicar em circunstância nenhuma. Torna-se ainda mais difícil fazê-lo, quando falamos do assunto a colegas

estrangeiros. Um italiano ou um espanhol, por exemplo, habituados a que a centralidade patrimonial de Dante ou de Cervantes sejam devidamente reconhecidas na Escola e na Universidade, têm uma dificuldade enorme em perceber que o mesmo não suceda com Camões, entre nós.

Trata-se, sem dúvida, de uma situação insólita que deve ser corrigida com urgência e com bom senso. Mas essa mesma correção beneficia do apuramento dos motivos que podem explicar esta insólita omissão. Falemos, em primeiro lugar, de uma certa visão "utópica" da leitura literária, tal como se praticou em períodos mais recentes. De uma maneira ou de outra, essa visão (teoricamente tributária do modelo do *close reading*) corresponde à ideia de que existem esquemas de análise e interpretação aplicáveis aos textos de qualquer época. Admitindo essa tese como boa, não se torna realmente indispensável incluir nenhum autor (nem mesmo Camões) na Lista de Leitura de um Curso universitário de Estudos Portugueses.

Existe, depois, uma segunda razão que pode explicar a ausência de assuntos camonianos dos anfiteatros universitários: é que o autor de *Os Lusíadas* e das *Rimas* (para já não falar do *Teatro* e das *Cartas*) ocupa bem todo um programa semestral de Literatura Portuguesa, sem deixar espaço para a inclusão de outros autores, mesmo dos numerosos quinhentistas, que, assim, bem se podem queixar de "injustiça". De facto, havendo Camões, quase não há lugar para Gil Vicente (outro gigante), Bernardim, Sá de Miranda, Ferreira, Mendes Pinto e tantos outros. Essa quase inevitável hegemonia coloca problemas práticos difíceis de gerir, no que toca à calendarização letiva.

Invoquemos, por fim, um terceiro motivo, que está longe de ser despiciendo: durante várias décadas, Camões tinha-se tornado familiar aos alunos do Ensino Secundário. Era-lhes tão familiar que se entendia que, no Ensino Superior, essa proximidade cristalizada poderia dispensar um contacto mais aprofundado. Assim se explica o testemunho de alguns professores que revelam ensinar Camões, não a partir de formação colhida no Ensino Superior ou através da consulta persistente de bibliografia mas a partir do contacto que tiveram com as matérias no Ensino Secundário.

Embora situadas num outro plano, devem ainda mencionar-se duas circunstâncias relacionáveis com este mesmo fenómeno de sedimentação cívica, condicionadora da pesquisa e do ensino de matérias camonianas. De facto, durante muitos anos, Camões não foi, ele próprio, objeto direto de investigação doutoral;<sup>3</sup> do mesmo modo que, quando surgiam vozes afastadas de uma certa sebeta, raramente logravam acolhimento na Uni-

<sup>3</sup> A exceção é a tese de Maria Vitalina Leal de Matos (datada de 1976), inovadora pelo método e pelos resultados alcançados, no plano da exegese textual. Foram necessários ainda mais anos para que surgisse a dissertação doutoral de Maria do Céu Fraga, apresentada na Universidade dos Açores em 1997 (*Os géneros maiores na poesia lírica de Camões*) e, logo a seguir a tese de Hélio João Alves (defendida em 1999) que, embora trate, de forma integrativa, a generalidade da produção épica quinhentista, confere a *Os Lusíadas* destaque natural.

versidade, até porque esta, como já se viu, por isto ou por aquilo, não se sentia na obrigação de ensinar Camões e de o investigar, para além de uma determinada sensibilidade instalada. A esse propósito, basta lembrarmos as dificuldades de integração universitária de alguns camonismos: Jorge de Sena, António José Saraiva, Helder Macedo ou Luís Oliveira e Silva, para não falar no acentuado descaso em que na Academia sempre se tiveram as teses (depreciativamente tidas por "ensaísticas") de António Sérgio, Aquilino Ribeiro ou Eduardo Lourenço.<sup>4</sup>

Até agora, referi-me apenas a alguns aspetos que, em meu entendimento, não podem deixar de ser tidos em conta por quem vier a ocupar-se do verbete que, tudo o que indica, será incluído na segunda edição do *Dicionário*; enquanto essa lacuna não é colmatada, nada obsta a que nos ocupemos do assunto, embora num registo mais modesto. De facto, se hoje me atrevo a falar do ensino de Camões, preterindo outros temas que tenho em agenda, é apenas porque me parece que tal como a presença do verbete se teria justificado no dito *Dicionário*, também num Congresso deste tipo o assunto não deveria faltar. Importa falar dele não enquanto questão apendicular (na melhor das hipóteses, é esse o lugar que lhe é reservado nas reuniões deste tipo) mas como componente que, em boa parte, explica o carisma do autor que, por algum motivo, mais tem resistido ao intenso processo de desescolarização da Literatura a que vimos assistindo, em Portugal, ao longo da última década.

É isso que tentarei fazer de seguida, perseguindo hoje um único objetivo: o de tentar demonstrar que a agenda de investigação de temas camonianos, ainda com tantos pontos em falta, deve incluir também o problema do ensino. Longe de ser um problema menor, o ensino de Camões revela-se hoje um problema de importância decisiva, requerendo uma atenção de vários tipos, desde o desejável alinhamento entre o que se investiga e o que se ensina até à inserção institucional da figura e da obra em apreço. A ideia de que é possível prosseguir a investigação camoniana totalmente à margem da inserção do autor no domínio escolar pressupõe, em última instância, uma visão olímpica dos estudos literários que a realidade não consente. E não se trata de investigar para imediatamente transmitir; nas circunstâncias atuais, em que os conteúdos literários se encontram sob forte suspeita de irrelevância, impõe-se descobrir um circuito regular de relação filtrada entre o labor dos camonistas e a forma como se apresentam na Escola os textos e o autor em apreço.

O mesmo, de resto, se passava com Gil Vicente, também ele permanecendo, durante muito tempo, refém de um conjunto sedimentado de clichés críticos e histórico-culturais, ditados, em grande parte, por uma visão extremadamente nacionalista. Sobre a presença de Gil Vicente no cânone literário escolar, tive já oportunidade de escrever um estudo intitulado "Ensinar Gil Vicente (ainda) hoje".

<sup>4</sup> Apesar de alguns contributos pontuais de inegável mérito, está ainda por elaborar, entre nós (e também no Brasil) uma história crítica dos estudos camonianos. Como é bom de ver, para além do seu valor próprio, esse trabalho revestir-se-ia ainda do maior interesse para a história dos estudos literários nos dois países, envolvendo a dinâmica que sempre se estabelece entre protagonismos e tendências gerais.

## 2. A excepcionalidade de Camões

Os programas liceais, sabemos-lo bem, sempre conferiram lugar de destaque a Camões. E quando digo “lugar de destaque” não pretendo afirmar apenas que lhe concediam mais espaço do que a outros autores. Pretendo sobretudo dizer que o tratavam de forma diferente: outros autores quinhentistas eram considerados em função do seu contexto estético-cultural, cabendo-lhes um papel pré-fixado a esse nível: Bernardim encarnava uma sensibilidade de transição entre a Idade Média e o Renascimento, Miranda era o “inovador” e Ferreira o “clássico completo”.<sup>5</sup> Camões não: era estudado como situando-se acima dessas coordenadas, no pressuposto geral de que a grandeza dos autores se afere justamente pela forma como excede o seu contexto. Na sua excepcionalidade, o autor de *Os Lusíadas* e da Lírica parecia ter vindo da lonjura dos tempos, encarando uma mítica identidade coletiva, destinada a prolongar-se pelos séculos.

Por isso, enquanto sobre outros escritores, os alunos eram levados a proceder a um enquadramento estético fortemente condicionador de tudo o resto, sobre Camões pedia-se-lhes a atenção que se deve aos escritores intemporais. Mesmo quando predominava o método historicista, o nosso autor era objeto de um outro registo de aproximação: refiro-me, claro está, à metodologia retórico-textualista e gramatical que, durante décadas, foi aplicada a *Os Lusíadas*, enquanto exemplo acabado do “texto maior”. Com poucas cambiantes, deve reconhecer-se que essa atitude subsiste ainda nos nossos dias, uma vez que continuam a ser praticamente inexistentes os parâmetros contextualizantes que são efetivamente tidos em conta no ensino de Camões.<sup>6</sup> Afinal, o pressuposto mantém-se: evita-se “historicizar” ou “comparar” Camões porque se teme que daí possa resultar uma inconveniente diminuição da sua grandeza.

Ora, era exatamente isso que sucedia em relação às obras gregas e latinas: o que mais interessava era tomar o texto como artefacto genial, fazendo ressaltar a sua excelência retórico-estilística e a sua exemplaridade axiológica. A este propósito, para além de outras condicionantes, torna-se importante lembrar que durante um longo período de tempo, os professores de Português eram também, em muitos casos, Professores de Latim. Isto significa, como pode ser provado por muitos depoimentos, que esses mesmos docentes ensinavam *Os Lusíadas* tendo, de algum modo, a *Eneida* na cabeça. E isto não quer apenas dizer que tomassem Camões como imitador de Virgílio; significava também que aplicavam ao ensino de Camões os métodos que eram correntes

<sup>5</sup> Sobre os problemas inerentes à presença de Bernardim e de Sá de Miranda no cânone literário escolar tive já ocasião de me pronunciar (Bernardes, 2007 e 2011).

<sup>6</sup> Curiosamente, com Gil Vicente verifica-se um fenómeno inverso. Na medida em que se lhe colou o tópicio do “retratista da sociedade da sua época”, os seus autos têm sido objeto na Escola de leituras essencialmente documentalistas ou contextualizantes. Sobre a força dos lugares-comuns no ensino de Gil Vicente escrevi também já com desenvolvimento (Bernardes, 2003).

no ensino dos clássicos greco-latinos (muito mais retóricos do que histórico-culturais, como bem sabemos).

Durante muitas décadas (entre 1860 e o final do século XX) os Programas de Português não sofreram mudanças significativas. Os sinais importantes de mudança começam a surgir em 1996 e consumam-se depois em 2002. A história completa dessas alterações ainda está por fazer. Seria sobretudo pertinente colocar a seguinte questão: de que modo e sob que pressões ou miragens se desvalorizou a literatura e todo o potencial de treino decisivo e de enriquecimento histórico-cultural que anda ligado ao seu ensino?<sup>7</sup>

## 3. Camões desfigurado

Há poucos anos, pairou no ar a possibilidade de se eliminarem *Os Lusíadas* como texto de estudo obrigatório no 9.º ano. A polémica estalou, mesmo em pleno período estival e o Ministro da Educação da altura (Júlio Pedrosa) viu-se obrigado a vir prestar esclarecimentos públicos. Ao que tudo indica, o então titular da pasta chegou a obrigar os autores de um Programa que já estaria estabelecido a alterarem a sua posição, mantendo a epopeia de Camões no 3.º nível do Ensino Básico. Isto, claro, para sossego de uma opinião pública imprevisivelmente sobressaltada.<sup>8</sup>

Na altura, vieram a lume opiniões e argumentos de vários tipos.<sup>9</sup> Com o espírito de penetração que se lhe conhece, Aguiar e Silva interpretou a reação exacerbada que o facto suscitou como um sintoma claro de “crise” e “insegurança coletiva”. De acordo com aquela voz especialmente autorizada e particularmente ouvida, não fora essa insegurança e o país (ou boa parte dele) não teria reagido de modo tão acirrado por causa de um fenómeno que, afinal, teria justificado apenas debate frio e análise lúcida.<sup>10</sup>

Em palavras de claro efeito compensatório, o mesmo camonista exprimiu a esperança de que o ensino da Lírica, previsto para o 10.º ano, se robustecesse entretanto, ganhando um lugar que, em seu juízo, deveria mesmo sobrelevar o da Épica.

<sup>7</sup> Uma aproximação notável aos primórdios do ensino da Literatura na Escola moderna foi já levada a cabo por Maria Luísa Branco (2011). Sobre a presença dos conteúdos literários nos programas escolares dos últimos anos, remeto para Amélia Correia, autora de uma dissertação doutoral sobre a presença dos conteúdos literários na Escola contemporânea, que permanece inédita.

<sup>8</sup> Atente-se no teor das declarações à Agência Lusa do titular da pasta, com data de 14 de agosto de 2001, reagindo justamente ao sobressalto: “Nós vamos continuar a ter Camões estudado no Secundário, na sua obra lírica e épica, e estamos convencidos de que estamos a criar condições para os alunos poderem compreender melhor, em mais profundidade, durante a escola e a vida inteira *Os Lusíadas*.”

<sup>9</sup> Para uma boa análise dos pressupostos da questão, veja-se Rui Vieira de Castro (2001).

<sup>10</sup> Depois de colocar em dúvida o carácter genuíno da polémica, Aguiar e Silva conclui desta forma a sua apreciação: “Penso, por conseguinte, que este «caso» de *Os Lusíadas* só alcançou a ressonância que alcançou, porque existe no país uma crise difusa no plano político, uma óbvia crise financeira e uma grave crise de confiança quanto ao futuro de Portugal” (cf. p. 251).

Depois de emitir um juízo reticente sobre a valia de *Os Lusíadas* (“episódios que são *andaimas* com muita *argamassa* à vista”),<sup>11</sup> Aguiar e Silva chega a esta profissão de fé: “No Programa do 10.º ano, os alunos irão conhecer e estudar alguns aspetos da lírica camoniana, para mim a parte mais sortilêga da obra do Poeta.” (pp. 253-254).

A verdade, porém, é que, contrariando as promessas do Ministro e as expectativas genuínas de Aguiar e Silva, esse ano de 2002 viria a revelar-se nefasto para a presença dos conteúdos literários nos Programas de Português, a qualquer nível. À semelhança do que sucedeu em outros países europeus (mas, entre nós, em grau bem mais elevado) a Literatura deixou de ser concebida como património estético fomentador de cultura e de sensibilidade, para ser tomada por um tipo de discurso idêntico a tantos outros e, por isso, obrigado a conviver com eles numa base sequencial e já não diferenciadora. Nessa medida, e com base numa confusão (bem evitável) entre *história literária* e *historicismo*, a perspetiva diacrónica foi radicalmente elidida, naquele que viria a ser um erro que, bem mais do que outros países, tarda em ser corrigido entre nós.<sup>12</sup>

Depois desta polémica imprevista, *Os Lusíadas* mantiveram-se nos Programas quase como estavam (se excetuarmos a incompreensível supressão do episódio da ilha dos amores). Mas o estudo da Lírica, que Aguiar e Silva advogara com elevado espírito de militância, não tardaria a ser tristemente desfigurado. O que então se consumou ainda hoje se encontra em vigor: a Lírica de Camões deixou de ser um conteúdo autónomo dos programas de Português. No 10.º ano, onde alguns supõem que é lecionada, surge integrada numa Parte designada por “Autobiografia”, a título meramente ilustrativo (um pouco como acontece ao “Sermão da Sexagésima”, do Padre António Vieira, estudado no 11.º ano, sem o mínimo de sequencialidade histórico-cultural), emparelhando com muitos outros textos não-literários e tomando apenas por base a estrutura comunicativa.

Concluída esta pequena incursão na história recente do ensino de Camões, atenhamo-nos à situação atual: *Os Lusíadas* são estudados no 9.º ano, mais ou menos como vêm sendo há muito tempo (após alguns anos de ausência, os conteúdos camonianos parecem inclusivamente ter regressado aos exames nacionais). Desde há precisamente uma década, *Os Lusíadas*, que se estudavam também no 10.º ano (independentemente da área) transitaram para o 12.º ano. Essa transição, contudo, suscita bastantes reservas. Como sabemos, o poema de Camões estuda-se hoje em parceria com *Mensagem*, de

<sup>11</sup> Esta apreciação viria mais tarde a ser objeto de revisão pelo próprio. Veja-se, a este propósito, o muito elucidativo e invulgar depoimento “Retrato do camonista enquanto jovem...”, incluído no volume intitulado *A lira dourada e a tuba canora: novos ensaios camonianos*, reconstituindo o processo de uma gradual aproximação (também afetiva) à obra épica.

<sup>12</sup> Sobre este mesmo assunto, escrevi já um ensaio intitulado *A Literatura no Ensino Secundário. Outros caminhos*.

Fernando Pessoa. O que daí resultou foi o empobrecimento de cada um desses dois textos e um sistemático recurso a tópicos de intertextualidade estereotipada, forçada e abusiva.<sup>13</sup>

No 10.º ano, a Lírica de Camões é, por via de regra, reduzida à leitura de 2 poemas em medida velha e a 2 ou 3 sonetos. E pouco mais se faz do que explorar as ditas afinidades tipológicas entre esses textos e outros (em geral, não literários), que têm a autobiografia como tópico central.

O desacerto desta solução é manifesto, tanto pela fragilidade dos fundamentos em que assenta como pelas consequências perversas a que conduz. Nesta situação, bem pode dizer-se que os alunos têm hoje, ao mesmo tempo, “Camões a mais” e “Camões a menos”. A mais, no 9.º ano, quando as aulas de temática camoniana ultrapassam, muitas vezes, os 25 tempos, alguns deles, para mais, consumidos com episódios esteticamente frios como são a batalha de Aljubarrota ou mesmo o primeiro Consílio dos deuses. Tempo a menos na Lírica, que foi objeto de um processo de neutralização estética e histórico-cultural e remetida para um papel exemplificador de uma tónica de sentido que, embora tendo a sua importância, está muito longe de esgotar as potencialidades de sentido da poesia camoniana. No 12.º ano, regressam *Os Lusíadas*, é certo. Mas não regressam bem. Os alunos estão saturados da obra, que estudaram 3 anos antes; e, para além disso, são inevitavelmente induzidos a fixar a ideia de que, afinal, o poema de Camões constitui um subtexto de uma outra epopeia superadora, escrita 450 anos depois, sob forma de diálogo íntimo e direto. Ora se, mesmo em termos de conceção, este emparelhamento se afigura redutor, no plano pedagógico o lugar-comum torna-se inevitável. Basta ver as comparações simplistas e desprovidas de senso que aparecem nos manuais e na maioria dos auxiliares de leitura para imaginar como elas são depois transpostas para a sala de aula. É esta a situação a que nos conduziu o infeliz processo de revisão dos Programas de Português, no Ensino Secundário, consumada há precisamente 10 anos.

#### 4. Alternativas

Existem alternativas para esta situação? Naturalmente que sim. É forçoso que haja. Atrevo-me a dar a minha opinião sobre elas, de forma sucinta. Diga-se, porém, antes de tudo, que, no domínio do ensino da literatura, as boas soluções são aquelas que, sendo coerentes e fundamentadas, ajudam a cumprir as metas educacionais. Refiro-me a metas inspiradas no bom senso e nas práticas eficazes: tanto aquelas que vigoraram no passado

<sup>13</sup> Apesar de terem já sido muitas vezes objeto de crítica avulsa, os efeitos negativos dessa parceria foram convincentemente demonstrados num livro recente que António Apolinário Lourenço dedicou ao ensino daquela obra pessoana.



recente como as que se encontram em vigor noutros países, a propósito de autores de estatuto homólogo.

A primeira sugestão que faço pode parecer herética: proponho a diminuição de conteúdos camonianos no 9.º ano. Não me parece sensato sujeitar alunos de 14-15 anos ao contacto tão prolongado com um texto que lhes é “estranho” e “incompreensível” sob tantos pontos de vista. Se tivermos em consideração que o 9.º ano conta ainda com o estudo obrigatório do *Auto da Barca do Inferno* (texto a que costumam ser consagradas, pelo menos, mais 12 aulas) apercebemo-nos ainda melhor do desajustamento pedagógico e do mal que provoca à causa da formação de leitores uma acumulação tão grande de textos que podem considerar-se patrimoniais mas se revelam “hostis” a vários títulos. Contudo, ao mesmo tempo que proponho que se reduza a duração do contacto com o texto, sugiro que as aulas consagradas a esse estudo (que bem podem ser reduzidas a metade) sejam objeto de um aproveitamento diferente daquele que vem sendo praticado: em vez do estudo minudente de cinco episódios, parece-me preferível uma introdução global a Camões, enquanto autor situado num contexto português e europeu, com recurso a aproximações interliterárias e interartísticas. Nem que seja a título meramente informativo, é a ocasião de os alunos saberem que há grandes nomes da cultura europeia que podem ser considerados “vizinhos de Camões” como Petrarca, Garcilaso de la Vega, Ronsard, Sá de Miranda, Rafael, Miguel Ângelo, etc. A Escola deve, em algum momento, dar notícia da existência destes nomes e encarar o estudo de Camões, no último ano do Ensino Básico, como o momento mais adequado para essa iniciação que é, antes de mais, um gesto de democracia cultural.

A este nível, haveria lugar para a explicação sumária da estrutura do poema e para ler apenas dois episódios e dois ou três textos líricos (porque não deixar a escolha dos textos aos professores?);<sup>14</sup> mas o objetivo essencial seria a identificação situada de Luís de Camões na cultura portuguesa e europeia do século XVI. E não se diga que esse objetivo já se encontra implicitamente previsto. Na situação atual, olhando para os Programas e para os manuais, que cada vez mais inspiram as práticas letivas, não vejo grandes hipóteses de ele ter cumprimento adequado.

Um estudo mais demorado (mas nunca saturante) de *Os Lusíadas* e da Lírica deveria ser remetido para o 10.º ou o 11.º ano; mas ainda e sempre tomando em conjunto a Lírica e a Épica, de modo a proporcionar aos alunos uma visão global do autor. Esta ligação anularia obviamente a atual parceria entre *Os Lusíadas* e *Mensagem*. Confesso que não sou um entusiasta deste último livro, embora lhe reconheça potencialidades formativas. Por isso, seguindo a mesma lógica, proponho que o poema de Pessoa

<sup>14</sup> É esta também a opinião de Maria do Céu Fraga, quando defende uma análise textual mais panorâmica e menos detalhada: “[...] à análise exaustiva, ‘em profundidade’ de uns poucos episódios, creio ser preferível a leitura e interpretação de episódios diversificados, sim, mas que dêem conta do andamento da ação e do seu significado lírico e épico” (2000, p. 1006).

seja estudado conjuntamente com o restante da sua obra, no 12.º ano. Parece-me que para os alunos (e também para os professores) é de toda a conveniência construir uma visão global da produção de um escritor. Mais: é muito necessário que a própria noção de *autor* seja reintroduzida no ensino da Literatura; não para substituir a ideia de *texto* mas para conviver com ela, completando-a e humanizando-a.

A partir do contacto regular que venho mantendo com professores e também com alunos destes níveis de ensino, venho-me, cada vez mais, de que existe um claro desfasamento entre o saber técnico (quase esterilizado) que os professores gostam de transmitir, no pressuposto de que só esse saber os diferencia no espaço letivo e aquilo que interessa e motiva os alunos: estes e o público em geral gostam de colher informação sobre Camões enquanto caso humano.

Não me importaria de apostar em que um dos artigos mais lidos no *Dicionário de Luís de Camões* será precisamente “Biografia”, extensa e lúcida entrada, que enuncia uma vasta mole de dados objetivos, sem deixar de equacionar, com a devida cautela, as muitas conjeturas que se impõem a esse propósito, separando devidamente os planos: a realidade, a conjetura plausível (que não deve ser desprezada) e a fantasia. Apesar de todos os preconceitos antibiográficos que subsistem nos estudos literários (em Portugal justamente muito favorecidos pela eclosão – nos séculos XIX e XX – de fantasias descontroladas sobre autores de Quinhentos, com Camões e Gil Vicente à cabeça) um artigo destes revela-se indispensável no *Dicionário*; mas a sua importância não resulta apenas do facto de ir direito à curiosidade cultural do leitor indiferenciado. Para além disso, o artigo fornece ainda boas pistas para reintroduzir o assunto na lecionação de Camões, a nível do Básico e do Secundário. No mesmo sentido que o artigo dedicado a “Camões e D. Sebastião”, retomando o trabalho de muitos comentaristas, desde Faria e Sousa a António Sérgio e tirando partido da excelente biografia recentemente dedicada ao monarca pela Doutora Maria Augusta de Lima Cruz (2009), coloca num patamar novo a importância da figura para a compreensão da épica camoniana.

## 5. Aprender e ensinar Camões

Tenho perfeita consciência de que as alterações que proponho não são fáceis de levar a cabo. De entre todos os obstáculos que poderia inventariar, destaco aquele que me parece central: o da formação de professores. Já vimos como, no passado, muitas Universidades portuguesas, mesmo quando ofereciam uma cadeira de opção designada por Estudos Camonianos, descuidaram o ensino do autor. Apesar das alterações entretanto verificadas, e a avaliar pelos enunciados programáticos que se encontram disponíveis em linha, concluo que estamos ainda longe de alcançar uma situação desejável. É certo que mesmo quando não existe essa cadeira, as matérias de Literatura Portuguesa passaram a incluir, pelo menos, um módulo camoniano. Na maior parte dos casos, tra-

ta-se, porém, de um segmento encaixado numa cadeira semestral. E como os alunos já não trazem do Secundário a dita familiaridade que antes possuíam com Camões, e com a história da literatura, em geral, esse módulo é o que pode ser: uma introdução simples aos problemas de ecdótica, de integração histórico-cultural, complementada com alguns exercícios de leitura interpretativa centrados em textos pouco extensos. Muito raramente se chega, com demora, aos textos nucleares da Lírica, como a Canção X, a Égloga dos Faunos ou as Redondilhas de "Sóbolos rios que vão".

Nestes termos, a Bibliografia recomendada não pode ser muita e fica-se, algumas vezes, pelas histórias e enciclopédias de literatura. Quando muito, vai-se até Cidade que, no final dos anos 30 do século passado, começou a publicar duas sebtas que ainda prestam bons serviços, pela arrumação que deram ao saber camoniano que na altura corria, António José Saraiva (em particular o capítulo dialético que dedicou a Camões na *História da Cultura em Portugal*, publicada no *Jornal do Foro*, em 1958), a síntese publicada por Maria Vitalina Leal de Matos em 1978 e pouco mais. É esta a formação que os futuros professores adquirem e, apetrechados apenas com ela, sejamos claros, não podem ensinar Camões da forma que advogamos. Tanto mais que, como tenho vindo a assinalar, o ensino do autor pressupõe um suplemento de empatia que só se cumpre com um estudo prolongado da bibliografia ativa e passiva. Como enfrentar este problema? Dir-se-ia que se torna necessário reverter a formação inicial, tornando-a um pouco mais exigente; mas sabemos, por outro lado, que não é fácil falar em exigência quando os Cursos que têm Literatura no nome lutam desesperadamente para sobreviver.

A resposta pode estar numa formação contínua mais orgânica e programada. Os professores necessitam de frequentar regularmente ações de formação sobre conteúdos literários, em geral e sobre Camões, ou não fosse ele o autor que lecionam de forma mais prolongada. A ideia de que os alunos sabem hoje muito pouco e não têm condições para saber mais é, por vezes, invocada para justificar a falta de investimento em reciclagens deste tipo. Mas o argumento apresenta-se invertido. É justamente porque os alunos sabem tão pouco que se torna necessário contagiá-los com um acréscimo de entusiasmo. No que respeita a Camões, está mais do que provado: só o reforço do saber e da curiosidade garante essa atitude de contágio. Mesmo não estando em condições de verificar objetivamente até que ponto um professor que ensina Camões está ou não inteirado das matérias, os alunos intuem facilmente o grau da sua segurança e da sua empatia com o autor. Ora, com o autor de *Os Lusíadas*, de modo especial, essa componente revela-se decisiva em termos de eficácia pedagógica.

Não sei quantas ações de formação de temática camoniana estão neste momento a decorrer, no país todo, para professores do Ensino Básico e Secundário. E também não cuidei de averiguar a qualificação de quem as assegura. A pesquisa que fiz não me deu conta de nenhuma; mas mesmo admitindo que haja algumas que tenham escapado aos motores de busca que acionei, seria de esperar, em função da relevância que os conteúdos mantêm nos programas, que houvesse um processo de formação regular

e articulado. Que nessas ações se desse conta das últimas aquisições do camonismo e que fossem ensaiados alguns esforços de filtragem, tendo em vista a aplicação didática.

Será desejável, por fim, que os professores tenham ao seu alcance Bibliografia atualizada, fiável e acessível. O *Dicionário de Luís de Camões* é o exemplo maior dessa bibliografia e deveria ser adquirido por todas as bibliotecas escolares. Devo dizer que, passados poucos meses sobre a publicação da obra, fiz um pequeno inquérito por escolas da Zona Centro e concluí que infelizmente está longe de ser assim. Não há verbas para a compra, desde logo; as mais das vezes, porém, dir-se-ia que não existe interesse em desarrumar o "saber" que se adquiriu e é tido por mais do que suficiente para dar cumprimento aos Programas. Infelizmente, levados pelas más condições em que trabalham, muitos professores têm apenas a preocupação de "ocupar o tempo" destinado ao ensino de Camões. E, para isso, os manuais ou as pequenas sebtas metodológicas que inundam o mercado, tantas vezes inçadas de erros ou de simplificações caricatas parecem-lhes bastantes.<sup>15</sup>

Deixo uma última sugestão, esta orientada para os camonistas: é necessário inscrever as questões do ensino de Camões na agenda da investigação camoniana. São ainda muitas as tarefas que se colocam a este subdomínio da Literatura Portuguesa: desde a edição fiável de textos (acompanhados de comentários que facilitem a leitura) até à exegese integrativa do sentido. Deste modo, é tentador concentrar todas as nossas energias nessas mesmas tarefas, de modo a fazer progredir o campo dos estudos camonianos. Mas a questão do ensino do Poeta não pode ser esquecida ou deixada nas mãos de quem com ele não tem a familiaridade suficiente. Até porque a manter-se a desqualificação do ensino de Camões no ensino não superior, a própria investigação irá vindo reduzir-se a sua margem de pertinência cívica e institucional. É necessário, desde logo, reconstituir a história desse ensino, contemplando conteúdos, representações antológicas, pressupostos doutrinários, métodos, orientações avaliativas, etc.

Sabemos que esse tipo de preocupação ocorre com os grandes autores do cânone europeu: Dante, em Itália, Cervantes, em Espanha ou Shakespeare, em Inglaterra. Qualquer um destes autores mantém lugar indisputado no cânone escolar dos respetivos países. Mas a situação é completamente diferente quando falamos do cuidado que se coloca na formação dos professores: ao contrário do que sucede entre nós, existem nesses países condições e estímulos suficientes para que os professores frequentem ações de formação (condições económicas, desde logo; mas também estímulos à progressão na carreira); existe uma bibliografia abundante e de qualidade (falo mesmo da qualidade gráfica, aspeto ao qual, neste contexto, atribuo grande importância); em alguns casos, existem incentivos e prémios à investigação aplicada ao ensino. E existe sobretudo,

<sup>15</sup> Ao contrário do que sucede com o *Dicionário de Luís de Camões*, essas sebtas encontram-se nas bibliotecas escolares, prometendo "leituras rápidas e fáceis". Nem sempre sucede o mesmo com o volume introdutório, igualmente destinado a docentes e alunos (o mais fundamentado sobre a epopeia de Camões), intitulado *Tópicos para o ensino de Os Lusíadas*, da autoria de Maria Vitalina Leal de Matos.

por parte do Ministério e dos professores a noção do valor patrimonial destes mesmos autores. Nesses países (ao contrário do que sucede entre nós) verifica-se todo o cuidado no doseamento pedagógico (o primeiro contacto com os escritores chega a fazer-se no primeiro nível do Ensino Básico), no ajustamento de métodos e na articulação entre aquilo que a investigação vai produzindo e a maneira como os conteúdos são transmitidos nos diferentes níveis de ensino.

## 6. Reservas de ontem e de hoje

Uma das ideias que corre mais facilmente sobre a presença de Camões no cânone literário escolar é que a presença do “grande autor” foi sempre consensual, pelo menos até uma determinada altura. E não é assim. Nessa como noutras matérias pedagógicas, a impressão subjetiva pode transformar-se num enganoso lugar-comum. Como bem lembra Maria do Céu Fraga (2000, p. 999), a extinção da obrigatoriedade de ler Camões na Escola elementar causou viva polémica, logo nos finais do século XIX (imediatamente após as grandiosas comemorações cívicas do terceiro centenário da morte do poeta). E mesmo tendo então ficado confinada a anos mais adiantados, a presença dos conteúdos camonianos nos Programas continuou a ser objeto de reservas. Para eventual surpresa de alguns, é útil lembrar que não são poucos aqueles que colocaram reservas a uma presença tão intensa de Camões nos programas do 9.º ano ou do antigo Curso Geral dos Liceus.

Para provar isso mesmo, cito muito brevemente a opinião de um profissional do Ensino:

Êsse livro memorável, que é anualmente louvado em todos os estabelecimentos de ensino liceal, encerra um cabedal de factos e ideias, interessantes para o estudo da contextura histórica de certa época, mas, até certo ponto, indiferentes ao espírito moderno [...]. As actuais pugnas da vida tem uma feição mais calculada, e reclamam um tacto e ponderação que se não coadunam com o feito audacioso e intempestivo dos heróis e dos homens de Camões. As insídias de Baco, os atractivos de Venus e os discursos do Gama ou Nun'Alvares, têm encanto e interesse literário, porém, pouco aproveitam à vida prática e materialista de todos os dias [...] Mas não é tudo, ainda. A língua, a estética, a métrica, a lógica psicológica e filosófica de *Os Lusíadas* não só nos afastam grandemente das realidades presentes, como também, por seu ar antiquado, podem ser uma escola de retrocesso mental

Uma língua artificial, uma métrica sem variedade e uma poderosa torrente de erudição não podem deixar de transfundir na alma do jovem estudante uma boa porção de aborrecimento. É então incontestável que ao fazermos ler *Os Lusíadas* à mocidade dos liceus, sujeitámo-la, ao mesmo tempo, ao martírio inglório de uns tantos momentos de tédio e enfado, o que é manifestamente antipedagógico. (Ramos, 1933, pp. 57-58)

E o pedagogo não se fica por aqui, estendendo a sua férula a muitos outros textos limítrofes:

O que se diz para o poema camoniano deve sustentar-se, com poucas excepções para os outros clássicos. Na organização das seletas escolares, poderão, sem dúvida, figurar extractos de autores dos séculos XVI, XVII e XVIII, mas essa representação deve fazer-se em proporções muito menores do que as usuais e vigentes nas antologias adoptadas no liceu. (*Ibid.*, p. 59)

Se não fosse a menção de palavras datadas como “antologias”, “estabelecimentos de ensino liceal” ou “mocidade” aposto que alguns teriam identificado estas posições com algum inimigo da Literatura (ou, pelo menos, da Literatura dita “clássica”) nosso contemporâneo, zelador das conveniências pedagógicas e adepto da ideia de que a Escola deve responder servilmente, em cada momento, aos interesses da Sociedade. Mas não: as palavras que destaquei encontram-se hoje banidas do léxico escolar, comprovando que o texto não é de hoje. Pode parecer surpreendente que tenham sido publicadas em 1933, na Imprensa da Universidade de Coimbra, numa coletânea intitulada *Ensaio de Crítica Literária* (Primeira Série) assinada por Feliciano Ramos, identificado na capa (como era uso na altura) com as seguintes credenciais: “Licenciado em Filologia Românica e Diplomado com o Curso de Habilitação ao Magistério Secundário”.

Bem vistas as coisas, a questão suscitada é de hoje mas foi de sempre. Há quem pense assim nos nossos dias: que *Os Lusíadas* juntamente com outros textos não só são inúteis para a vida prática (a vida teórica não conta) como podem contribuir para um verdadeiro “retrocesso mental”. E há quem pense ferozmente o contrário, sustentando que o poema de Camões é como que consubstancial à nossa identidade coletiva.

Excetuando a radicalidade de algumas posições, não vale a pena ignorar que a questão nunca foi objeto de um debate lúcido, subsistindo nos nossos dias em estado que poderia classificar-se como “latente”. Regressou em 2001 e muito provavelmente vai regressar de novo. E quando isso suceder, tudo vai decidir-se em função do clima cívico e político que então se fizer sentir.

As propostas que aqui deixo não ignoram a inevitabilidade. Na sua modéstia, visam apenas contribuir para que não seja essa a única componente a ter em conta, quando chegar a altura de reequacionar a presença de Camões na Escola portuguesa.

Estudar Camões em Portugal (e, em geral nos países de Língua Portuguesa) deve ser, em cada momento, motivo de ponderação serena. Salvo melhor opinião, que nunca vi expressa, para além de todos os preconceitos, a obra e a figura de Camões constituem património irredutível dos povos que falam essa mesma língua. Mas isso está longe de significar que tenham de ser ensinados sempre de acordo com os mesmos métodos, seguindo os mesmos pressupostos e visando alcançar os mesmos objetivos. Considerando separadamente ou em conjunto estas três componentes, tenho para mim que o

Ensino de Camões se encontra hoje longe de corresponder às necessidades da comunidade cívica cultural e idiomática que ainda somos. É que, por isso, carece de uma cuidada revisão.

## Referências

- Alves, Hêlio J. S. (2001). *Camões, Corte-Real e o Sistema Épico Quinhentista*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis (a partir de uma dissertação doutoral defendida na Universidade de Évora, em 1999).
- Bernardes, José Augusto Cardoso (2003). Ensinar Gil Vicente (ainda) hoje. *Revisões de Gil Vicente*. Coimbra/Braga: Angelus Novus, pp. 167-196.
- Bernardes, José Augusto Cardoso (2004). A construção da história da literatura e a dinâmica do cânone escolar. *Península Revista de Estudos Ibéricos* 1: 131-148.
- Bernardes, José Augusto Cardoso (2005). *A Literatura no Secundário. Outros caminhos*. Porto: Areal.
- Bernardes, José Augusto Cardoso (2011). Sá de Miranda e o Cânone Literário Escolar. In: José Cândido Martins e Sérgio Guimarães de Sousa (Coords.), *Sá de Miranda, Estética e Ética*. Guimarães: Opera Omnia, pp. 17-43.
- Branco, Maria Luísa (2011). *O Ensino do Português. Como tudo começou*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Castro, Rui Vieira de (2001). A Questão de *Os Lusíadas*. Acerca das condições de existência da literatura no Ensino Secundário. *Diacrítica* 16: pp. 75-103.
- Correia, Maria Amélia (2008). *Repensar a Literatura na Escola do século XXI*. Universidade de Coimbra (Dissertação polycopiada).
- Cruz, Maria Augusta de Lima (2009). *D. Sebastião*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Fraga, Maria do Céu (2000). Para uma didáctica renovada de *Os Lusíadas*. *Didáctica da Língua e da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina, vol. II, pp. 999-1006.
- Fraga, Maria do Céu (2003). *Os Géneros Maiores na Poesia Lírica de Camões*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos (defendida em 1997).
- Fraga, Maria do Céu (2010). E tudo o mais renova... a função das antologias literárias. In: Maria João Marçalo et al. (Eds.), *Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora: Universidade de Évora (disponível em <http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slt54/04.pdf>).
- Lourenço, António Apolinário (2011). *Guia de Leitura. Ler Mensagem, de Fernando Pessoa*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa/Livraria Almedina.
- Matos, Maria Vitalina Leal de (1978). *Introdução à Poesia de Luís de Camões*. Lisboa: ICALP (série Biblioteca Breve).
- Matos, Maria Vitalina Leal de (1981). *O Canto na Poesia Lírica e Épica de Camões*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais (Dissertação defendida na Universidade de Lisboa, em 1976).
- Matos, Maria Vitalina Leal de (2004). *Tópicos para a Leitura de Os Lusíadas*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Ramos, António Feliciano (1933). O estudo de *Os Lusíadas* nas Escolas de Instrução Secundária. *Ensaios de Crítica Literária*, vol. 1, Primeira Série. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 55-79.
- Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (2001). O naufrágio de *Os Lusíadas* no ensino secundário. *Jornal Público*, de 01.09.2001. (Republicado em *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 2010, pp. 249-254).
- Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (2006). Retrato do camonista enquanto jovem (com alguns pingos de melancolia). *Luís Vaz de Camões Revisitado. Portuguese Studies* 7: 369-378 (University of California Santa Barbara). Republicado em *A Lira Dourada e a Tuba canora: novos ensaios camonianos*. Lisboa: Cotovia, 2008, pp. 13-22.